



Edição nº 615 – 11/02/2020
(Período 4 a 11 de fevereiro de 2020)

1. PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Portaria nº 24/2020 - Presidência - prorroga pelo período de seis meses, a contar de 18 de março de 2020, a designação do Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para continuar atuando como Juiz Instrutor no Gabinete do Ministro Edson Fachin.

Edital – Convocação de Audiência Pública - Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305 - Assunto: Dispositivos da **Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019**. O Ministro Luiz Fux CONVOCA audiência pública, que contemplará quatro ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas em face de dispositivos diversos da **Lei nº 13.964/2019**, os quais alteraram regras do Código de Processo Penal e do Código Penal, no bojo do que se denominou “Pacote Anticrime” – **em anexo**.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Portaria nº 43/2020 – Presidência - divulga os dias de feriado nacional e estabelecer os dias de ponto facultativo no ano de 2020, para cumprimento na Secretaria do Tribunal e para os fins previstos na legislação processual em vigor – **em anexo**.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Portaria nº 5/2020 – Secretaria-Geral – institui Grupo de Trabalho para estabelecer procedimentos e rotinas quanto ao uso do Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios – Cedinprec – **em anexo.**

Portaria nº 11/2020 – Presidência – dispõe sobre a Estrutura Orgânica do Conselho Nacional de Justiça – **em anexo.**

Resolução nº 306/2019 - Presidência – estabelece diretrizes e parâmetros para a emissão de documentação civil e para a identificação civil biométrica das pessoas privadas de liberdade – **em anexo.**

Resolução nº 307/2019 - Presidência – institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, prevendo os procedimentos, as diretrizes, o modelo institucional e a metodologia de trabalho para sua implementação – **em anexo.**

Edital - Secretaria-Geral - o Secretário Especial de Programas e Pesquisas e Gestão Estratégica e Editor da Revista CNJ, no uso de suas atribuições, convoca membros da comunidade acadêmica e pesquisadores para compor o banco de pareceristas da Revista Eletrônica do CNJ. Os pareceristas não serão remunerados e deverão possuir título de Doutorado e experiência em pesquisas sobre o Poder Judiciário. As inscrições serão recebidas no período de 3 de fevereiro a 2 de março de 2020 no e-mail revistacnj@cnj.jus.br.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Portaria nº 96/2020 – Escola da Magistratura (Emagis) - institui a "Oficina de Podcasts" - Grupo de trabalho destinado à fomentar, facilitar e orientar a produção de conhecimento e informações destinados à atualização, informação e propagação de conhecimentos no âmbito das atividades da Escola de Magistratura do TRF4, sob o formato de "podcasts" – **em anexo.**

Resolução nº 82/2019 – Presidência – dispõe sobre a instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Subseção Judiciária de Campo Mourão, Seção Judiciária do Paraná – **em anexo.**

Resolução nº 6/2020 – Presidência – dispõe sobre a suspensão da distribuição processual ao juízo titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná – **em anexo.**

2. MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

[Portaria nº 150/2020 - Ministério Público Federal/Secretaria-Geral](#) – altera o anexo I da [Portaria SG/MPF nº 2, de 23 de abril de 2019](#), que regulamenta o porte de arma de fogo do Técnicos do MPU/Segurança Institucional e Transporte e o uso das armas de fogo institucionais, no âmbito do MPF.

3. PODER LEGISLATIVO DA UNIÃO

[Lei nº 13.979/2020](#) - dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 1/2020](#) – faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a [Medida Provisória nº 902, de 5 de novembro de 2019](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 6, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, que autoriza o Poder Executivo a transformar a autarquia Casa da Moeda em empresa pública, a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, que cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, reduz para vinte e quatro meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS decorrentes da aquisição de edificações e amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições, e a Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, que prorroga o prazo para a destinação de recursos aos Fundos Fiscais de Investimentos e altera a legislação tributária federal", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2/2020](#) – faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a [Medida Provisória nº 903, de 6 de novembro de 2019](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 7, do mesmo mês e ano, que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

4. PODER EXECUTIVO FEDERAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

[Decreto nº 10.220/2020](#) – promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da

América em Lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara, firmado em Washington, D.C., em 18 de março de 2019.

[Decreto nº 10.221/2020](#) – institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Mais Luz para a Amazônia.

[Decreto nº 10.222/2020](#) - aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética.

[Decreto nº 10.223/2020](#) - declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da **[Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998](#)**, de decretos normativos.

[Decreto nº 10.224/2020](#) – regulamenta a **[Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989](#)**, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

[Decreto nº 10.225/2020](#) – institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, regulamenta a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio e estabelece normas relativas à notificação compulsória de violência autoprovocada.

[Decreto nº 10.226/2020](#) - altera o **[Decreto nº 9.306](#)**, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude, instituído pela **[Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013](#)**.

[Decreto nº 10.227/2020](#) - promulga os textos dos Instrumentos de Emenda à Constituição e à Convenção da União Internacional de Telecomunicações, contidos nos Atos Finais das Conferências de Plenipotenciários de Antalya e Guadalajara.

[Decreto nº 10.228/2020](#) – altera o **[Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018](#)**, que regulamenta a **[Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017](#)**, para dispor sobre o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal e instituir os conselhos de usuários dos serviços públicos no âmbito da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal.

[Decreto nº 10.229/2020](#) – regulamenta o direito de desenvolver, executar, operar ou comercializar produto ou serviço em desacordo com a norma técnica desatualizada de que trata o inciso VI do caput do art. 3º da **[Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019](#)**.

[Decreto nº 10.230/2020](#) - altera o **[Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011](#)**, que dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo Federal.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Instrução Normativa nº 1/2020 - Secretaria de Aquicultura e Pesca - institui o "Relatório Anual de Produção da Aquicultura em Águas da União", com a finalidade de fiscalizar o cumprimento das cláusulas do contrato de cessão de uso de espaços físicos de águas da União para fins de aquicultura celebrados pela União.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Resolução nº 718/2020 - Anatel - altera o Regulamento sobre Equipamentos de Radiocomunicação de Radiação Restrita e revoga o Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Portaria nº 539/2020 - Gabinete do Ministro – aprova a Diretriz Ministerial nº 2/2020, de 4 de fevereiro de 2020, que regula o emprego das Forças Armadas, sob a coordenação deste Ministério, na "Operação Regresso", para ações subsidiárias visando a colaborar com os esforços do governo federal para retirada de nacionais e familiares devidamente autorizados da cidade de Wuhan, na China.

Portaria nº 8/2020 - Comando da Aeronáutica - dispõe sobre os procedimentos de divulgação, inscrição, pré-seleção, seleção, análise e contratação de militares inativos voluntários para atuarem no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), no ano de 2020, e dá outras providências ao seu cumprimento.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Portaria Interministerial nº 43/2019 - Gabinete do Ministro - republicação - dispõe sobre procedimentos e prazos para operacionalização das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, bem como sobre procedimentos e prazos para a superação de impedimentos de ordem técnica, em atendimento ao disposto no art. 166, §§ 9º a 19, e 166-A, da **Constituição**.

Portaria nº 48/2020 - Gabinete do Ministro - autoriza o pagamento de equalização de taxas de juros em linha de crédito para composição de dívidas decorrentes de operações de crédito rural contratadas por produtores rurais ou suas cooperativas de produção.

Portaria nº 283/2020 - Secretaria da Receita Federal – institui Grupo de Trabalho para coordenação e apoio ao Projeto Tax Gap e Matriz de Insumos Produtos com Enfoque Tributário.

Portaria nº 2.826/2020 - Secretaria de Governança do Patrimônio da União - estabelece as normas e procedimentos para a Regularização Fundiária Urbana - REURB em áreas da União, cadastradas ou não, conforme previsto na **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**, complementarmente ao disciplinado no **Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018**.

Portaria nº 3.659/2020 - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social – RPS (*reajusta os benefícios em 4,48%*).

Portaria nº 3.733/2020 - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – aprova a nova redação da **Norma Regulamentadora nº 18** - Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção.

Instrução Normativa nº 10/2020 - Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital – altera a **Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018**, que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.

Instrução Normativa nº 1.922/2020 - Secretaria da Receita Federal - aprova o Manual da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) e a versão 8.4, de 16 de janeiro de 2020, do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (Sefip).

Instrução Normativa nº 1.923/2020 - Secretaria da Receita Federal - altera a **Instrução Normativa SRF nº 121, de 11 de janeiro de 2002**, a **Instrução Normativa RFB nº 1.291, de 19 de setembro de 2012**, e a **Instrução Normativa RFB nº 1.612, de 26 de janeiro de 2016**, que dispõem sobre regimes aduaneiros especiais.

Instrução nº 619/2020 - Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - altera e revoga dispositivos da **Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017**, que trata da consultoria de valores mobiliários, sendo definida como atividade privativa de consultores de valores mobiliários registrados na CVM, no caso de consultores domiciliados no Brasil, ou por ela reconhecidos, no caso de consultores domiciliados no exterior.

Circular nº 3.981/2020 - Banco Central do Brasil – dispõe sobre a prestação de informações no extrato da conta de depósitos com contrato de cheque especial de titularidade de pessoa natural ou de microempreendedor individual (MEI).

Carta-Circular nº 4.004/2020 - Banco Central do Brasil – estabelece os procedimentos para a seleção das instituições credenciadas a operar como **dealers** com o Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab).

Solução de Consulta nº 6/2020 - Subsecretaria de Tributação e Contencioso

- Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep. Tributação concentrada. Créditos. Compensação e ressarcimento. *O sistema de tributação concentrada não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep. A partir de 1º de agosto de 2004, com a entrada em vigor do art. 37 da [Lei nº 10.865, de 2004](#), as receitas obtidas por uma pessoa jurídica com a venda de produtos sujeitos à tributação concentrada passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que a pessoa jurídica esteja vinculada. Assim, desde que não haja limitação em vista da atividade comercial da empresa, a uma pessoa jurídica comerciante varejista de produtos sujeitos à concentração tributária, que apure a Contribuição para o PIS/Pasep pelo regime não cumulativo, ainda que a ela seja vedada a apuração de crédito sobre esses bens adquiridos para revenda, porquanto expressamente proibida nos art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da [Lei nº 10.637, de 2002](#), é permitido o desconto de créditos de que trata os demais incisos do art. 3º desta mesma Lei, desde que observados os limites e requisitos estabelecidos em seus termos.*

Consulta Pública nº 2/2020 - Inmetro - proposta de ajustes na regulamentação para artigos escolares.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria nº 201/2020 - Gabinete do Ministro - publica o Regimento Interno da Instância Permanente de Negociação e Cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, de que trata o art. 7º, § 5º, da [Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014](#).

Portaria nº 207/2020 - Gabinete do Ministro - institui o Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências - CPRSC da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Portaria nº 210/2020 - Gabinete do Ministro - regulamenta a concessão de Distinção Honorífica e o Memorial dos Heróis do Povo Brasileiro - Educação, para reconhecer o mérito de agentes públicos e cidadãos, por relevantes serviços prestados à educação e ao ensino.

Resolução nº 2/2019 - Conselho Nacional de Educação - republicação - define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

Portaria nº 374/2020 - Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) - estabelece os requisitos e os procedimentos a serem observados para fins de adesão ao programa de rotulagem veicular de segurança de que trata o [Decreto nº 9.557, de 8 de novembro de 2018](#), que regulamenta os requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no País.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

[Portaria nº 1/2020 - Consultoria Jurídica](#) - disciplina, no âmbito da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, a delegação de competência e a dispensa de aprovação de manifestações jurídicas.

[Resolução Normativa nº 31/2020 - Secretaria Nacional de Justiça/Comitê Nacional para Refugiados](#) - altera a [Resolução Normativa nº 18, de 30 de abril de 2014](#), do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare, que estabelece os procedimentos aplicáveis ao pedido e à tramitação da solicitação de reconhecimento da condição de refugiado e dá outras providências.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

[Portaria nº 91/2020 - ICMBio](#) - dispõe sobre procedimentos para a realização da atividade de pesca esportiva em unidades de conservação federais administradas pelo ICMBio.

5. CONSELHOS FEDERAIS PROFISSIONAIS

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

[Resolução nº 561/2020](#) - dispõe sobre a Isenção de Anuidade em localidade atingida por calamidade pública.

CONSELHO FEDERAL DE PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS

[Resolução Normativa nº 102/2020](#) - dispõe sobre a isenção de anuidade aos profissionais com deficiência (PCD).

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ

[Resolução nº 1/2020](#) - orienta a participação das(os) Psicólogas(os) como representantes do CRP-PR em instâncias de Controle Social, estabelece critérios para sua nomeação e descreve suas atribuições junto ao CRP-PR.

[Voltar ao topo](#)